



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2002

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Eduardo Refinetti Guardia

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Renato Villela

Rubens Sardenberg

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco " P" , 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 5, mai.2002. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em maio, o governo central registrou superávit primário de R\$ 2,0 bilhões. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 3,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,1 bilhão e R\$ 43,8 milhões, respectivamente. Com isso, o superávit do governo central acumulado no ano atinge o montante de R\$ 18,3 bilhões, o equivalente a 3,58% do PIB estimado para o período.

O governo central registrou superávit primário de R\$ 2,0 bilhões no mês de maio.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Abr 2002	Mai 2002	Jan-Mai 2001 2002	
I. RECEITA TOTAL	26.835,1	25.080,7	110.895,7	128.645,3
I.1. Receitas do Tesouro	21.463,7	19.544,0	87.148,2	102.242,0
I.1.1 Receita Bruta	21.656,8	19.788,7	88.445,2	103.491,9
I.1.2. (-) Restituições	-193,1	-244,7	-1.078,0	-1.150,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-219,0	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.371,3	5.536,6	23.747,5	26.403,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.282,1	5.343,5	19.435,0	24.200,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	22.553,0	19.737,2	91.460,6	104.445,1
IV. DESPESA TOTAL	16.704,7	17.712,3	74.313,4	85.865,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.354,9	5.284,4	25.264,9	28.636,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.413,8	6.608,6	27.272,7	31.751,7
IV.3. Custeio e Capital	4.936,0	5.819,3	21.775,7	25.477,0
IV.3.1. Despesas do FAT	434,6	788,9	2.301,3	2.664,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	86,8	146,6	1.415,3	525,0
IV.3.3. Outras Despesas	4.414,5	4.883,7	18.059,1	22.287,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	5.848,3	2.024,9	17.147,3	18.580,1
V.1. Tesouro Nacional	6.890,7	3.096,8	20.672,5	23.928,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.042,5	-1.072,0	-3.525,2	-5.348,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-56,6	-43,8	-280,6	-234,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	5.791,6	1.981,0	16.866,7	18.345,8
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,59%	3,58%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: mai2002/mai2001	
Receitas	16,0%
Tesouro	17,3%
Previdência	11,2%
Transferências	24,5%
Receita Líquida	14,2%
Despesas	15,5%
Benefícios	16,4%
Pessoal	13,3%
Custeio e Capital	17,0%

O superávit primário do governo central, no ano, foi influenciado pela elevação da arrecadação do Tesouro Nacional, notadamente aquelas administradas pela Receita Federal. Entre os principais fatores que contribuíram para esse aumento destacam-se aqueles sem correspondência no ano passado: i) pagamento de débitos em atraso efetuado pelos fundos de pensão, no total de R\$ 6,4 bilhões; e ii) tributação sobre a operação de permuta de títulos públicos da Petrobras, no montante de R\$ 1,1 bilhão. Além disso, foi registrado aumento da receita com a CPMF no montante de R\$ 1,3 bilhão, em grande medida, devido à elevação da alíquota de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	23,6%	25,1%
Transferências	4,1%	4,7%
Receita Líquida	19,5%	20,4%
Despesa Total	15,8%	16,7%
Resultado Primário	3,6%	3,6%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Mai (% PIB)**

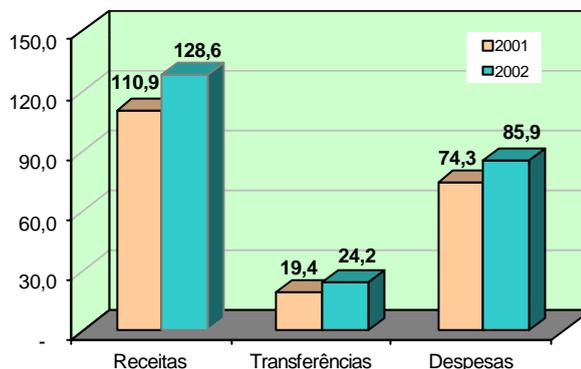
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	4,4%	4,7%
Previdência Social	-0,8%	-1,0%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	3,6%	3,6%

As transferências a estados e municípios acompanharam as receitas partilhadas, principalmente o Imposto de Renda, e aumentaram R\$ 4,8 bilhões relativamente aos primeiros cinco meses do ano anterior. Com isso, a receita líquida do governo central totalizou R\$ 104,4 bilhões, 14,2% acima da verificada até maio de 2001.

As despesas do governo central atingiram R\$ 85,9 bilhões no período, tendo crescido 15,5% em relação ao acumulado de janeiro a maio do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 13,3% como reflexo do impacto de reestruturação de carreiras e realinhamento de salários dos servidores públicos. As despesas com custeio e capital cresceram 17,0% no ano refletindo, em grande medida, a ampliação dos gastos de custeio e investimento nas áreas de saúde e educação previstas no Orçamento Geral da União. Do montante de R\$ 3,7 bilhões gastos a mais nessa rubrica, R\$ 2,0 bilhões, ou 55,1%, foram destinadas à saúde (R\$ 1,2 bilhão) e educação (R\$ 0,8 bilhão).

Na decomposição do superávit do governo central, observa-se que as transferências a estados e municípios cresceram a uma taxa superior às observadas nas receitas e despesas.

Resultado do Governo Central
Brasil, Jan-Mai (R\$ bilhões)



A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 5,3 bilhões até maio, contra R\$ 3,5 bilhões em igual período de 2001. Houve crescimento nominal de 11,2% no montante arrecadado de contribuições, mas, em relação ao PIB, estas permaneceram praticamente iguais às observadas em idêntico período do ano anterior (5,1% do PIB). As despesas com benefícios previdenciários, por sua vez, cresceram 16,4%, atingindo cerca de 6,2% do PIB estimado de janeiro a maio deste ano, contra 5,8% de igual período de 2001. Em grande medida, esse acréscimo deveu-se aos incrementos de 12,0% e 3,3%, respectivamente no valor e na quantidade médios de benefícios. No mês, o destaque foi o impacto do reajuste do salário mínimo, justificando o aumento das despesas com benefícios previdenciários de R\$ 6,4 bilhões, em abril, para R\$ 6,6 bilhões, em maio.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan-Mai (R\$ bilhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	23,7	26,4
Benefícios	27,3	31,8
Resultado Primário	-3,5	-5,3

Em maio, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 19,8 bilhões, inferior em R\$ 1,9 bilhão ao arrecadado no mês anterior. Esta queda está associada, principalmente, ao recolhimento em abril da primeira cota ou cota única das declarações de ajuste anual do IRPF e à apuração trimestral do IRPJ e CSLL, cujas arrecadações totais apresentaram redução de R\$ 586,0 milhões, R\$ 1,1 bilhão e R\$ 366,8 milhões, respectivamente. No caso do IRPJ, cumpre destacar também a diminuição dos recolhimentos relativos aos débitos atrasados dos fundos de pensão, os quais atingiram R\$ 904,2 milhões em maio, contra R\$ 1,2 bilhão no mês anterior.

As demais receitas do Tesouro apresentaram redução de R\$ 732,8 milhões (25,4%), com destaque para: i) *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo, R\$ 464,6 milhões, devido à arrecadação sazonalmente elevada em abril pelo repasse trimestral da participação especial; e ii) taxa Fistel, R\$ 420,7 milhões, devido ao recolhimento anual, em abril, da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF). Não obstante, as receitas de dividendos superaram os ingressos de abril em R\$ 265,5 milhões, afetado pelo pagamento de dividendos da Petrobras relativo ao exercício de 2001, no montante de R\$ 819,7 milhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 20,2% do PIB, superando em 1,4 ponto percentual a arrecadação do mesmo período de 2001. Impostos e contribuições sociais apresentaram, em conjunto, elevação equivalente a 1,7 ponto percentual do PIB e as demais receitas queda de 0,4 ponto percentual.

Em relação aos cinco primeiros meses de 2001, a receita bruta deste ano cresceu R\$ 15,0 bilhões, com destaque para as receitas administradas pela Receita Federal (SRF). Tal acréscimo está associado, principalmente, a fatores atípicos e ao efeito de mudanças na legislação. Dentre os fatores atípicos encontram-se a arrecadação decorrente dos pagamentos pelos fundos de pensão referentes a débitos em atraso, no montante de R\$ 6,4 bilhões, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.222/2001 e a arrecadação extra, em janeiro, no valor de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro da Petrobras, decorrente da permuta de títulos públicos. Quanto aos efeitos relacionados à alteração de legislação destacam-se a elevação da alíquota da CPMF, de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001, proporcionando aumento nominal de arrecadação da ordem de 20,6% e a cobrança da CIDE-Combustíveis, a partir de janeiro de 2002, cujas receitas totalizaram R\$ 2,9 bilhões até maio. Adicionalmente, verificou-se maior arrecadação neste ano do IRPJ e CSLL referente à Declaração de Ajuste/2001, especialmente do setor financeiro.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em comparação a abril, as receitas caíram R\$ 1,9 bilhão. Essa queda está associada à concentração de receitas com recolhimento trimestral e anual no mês anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,3%	9,4%
Imposto de Renda	5,5%	7,1%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições Sociais	7,9%	8,5%
Cofins	3,9%	3,7%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,9%	1,0%
Cide	-	1,5%
Outras	1,7%	0,7%
Demais	2,6%	2,2%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,5%	0,4%
Concessões	0,8%	0,3%
Outras	1,4%	1,6%
Total Bruto	18,8%	20,2%

**DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Demais	12.354,8	11.466,4
Dividendos da União	2.143,3	1.953,0
Concessões	3.698,6	1.478,3
Outras	6.512,8	7.981,2

No mesmo período de comparação, o Imposto de Importação apresentou decréscimo de R\$ 1,0 bilhão, devido à queda de 21,1% no valor em dólar das importações tributadas e à redução de 20,4% na alíquota média, com reflexos também na arrecadação do IPI-Vinculado à Importação.

As demais receitas do Tesouro arrecadadas até maio totalizaram R\$ 11,5 bilhões, inferiores em R\$ 888,4 milhões às registradas em igual período de 2001. Por um lado, observou-se queda da receita de concessões (R\$ 2,2 bilhões) e dividendos (R\$ 190,3 milhões). No caso das concessões, a redução é explicada pela expressiva arrecadação com o leilão dos serviços de telefonia celular no ano passado, de R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 1,4 bilhão em 2002. No caso dos dividendos, cabe destacar que, em 2001, o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) efetuou recolhimento, referente aos exercícios de 1999 e 2000, no valor total de R\$ 378,7 milhões. O pagamento dos dividendos do FND relativos ao exercício de 2001 está previsto para o final de 2002. Por outro lado, vale destacar a arrecadação atípica em 2002 de receita referente a depósitos judiciais, no valor de R\$ 434,8 milhões, e o crescimento de R\$ 261,0 milhões nas receitas de contribuição para a pensão dos servidores militares, associado à reestruturação daquela carreira.

**DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO
Jan-Mai (R\$ Milhões)**

EMPRESAS	2001	2002
Petrobrás	830,3	1.036,8
BNDES	549,9	444,4
FND	378,7	-
CVRD	148,1	102,5
ECT	47,20	124,82
Banco do Brasil	108,5	111,5
Demais	80,7	133,0
Total	2.143,3	1.953,0

Transferências a estados e municípios

As transferências a estados e municípios até maio apresentaram aumento da ordem de 0,6 ponto percentual do PIB quando comparadas ao mesmo período de 2001. Em termos nominais, verificou-se aumento de 24,5%, correspondente a um acréscimo da ordem de R\$ 4,8 bilhões, dos quais R\$ 4,4 bilhões referentes às transferências constitucionais, que superaram em 28,5% as realizadas até maio de 2001. Tal desempenho acompanha o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, em especial do Imposto de Renda que, este ano, foi afetado pelo recolhimento de débitos em atraso de fundos de pensão, entre outros fatores.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,27%	3,85%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,32%
Demais	0,54%	0,54%
Total	4,14%	4,72%

Os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996, desoneração do ICMS, mantiveram-se em 0,3% do PIB, mesmo nível registrado em 2001. Tais transferências totalizaram R\$ 1,6 bilhão nos cinco primeiros meses de 2002, contra R\$ 1,5 bilhão em 2001. Vale mencionar que esses repasses foram redefinidos pela Lei Complementar nº 102/2000, que estabeleceu para os anos de 2001 e 2002 transferências no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidas anualmente pelo IGP-DI.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,1 bilhões, contra R\$ 10,3 bilhões de abril. O aumento de R\$ 812,7 milhões em relação ao mês anterior está associado, em grande parte, ao incremento nas despesas de custeio e capital, as quais perfizeram R\$ 5,8 bilhões, no mês, contra R\$ 4,9 bilhões em abril. A elevação destas despesas em maio deveu-se, em grande medida, à abertura de créditos extraordinários e à utilização, por parte dos órgãos gestores, de parcela de recursos disponibilizados pelo Tesouro nos meses anteriores, mas não utilizados até abril.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (seguro desemprego, abono salarial e demais) apresentaram elevação de R\$ 354,3 milhões comparativamente a abril. Esse acréscimo concentrou-se nos gastos com o pagamento do benefício do seguro desemprego, que atingiu o montante de R\$ 735,3 milhões em maio, contra R\$ 361,6 milhões em abril. Contribuiu para essa elevação a concentração das liberações de recursos no último dia de abril, no valor de R\$ 420,3 milhões, com impacto no caixa de maio, evento esse sem correspondência no mês anterior.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram acréscimo de R\$ 59,8 milhões, comparativamente a abril. Um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi a despesa relativa às operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que fez R\$ 38,3 milhões no mês em análise, contra R\$ 15,2 milhões no mês anterior. A explicação para isso reside no fato de, em maio, ter havido maiores emissões de títulos federais (NTN-I) para o pagamento de contratos entre exportadores e instituições financeiras.

No que se refere à rubrica “outras despesas de custeio e capital”, verificou-se que houve acréscimo de R\$ 469,2 milhões nos desembolsos do período. Contribuiu para esse resultado a maior execução das despesas das unidades gestoras no mês de maio relativamente ao mês anterior. Ao final de abril, os órgãos do Poder Executivo dispunham de recursos próprios e recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional, ainda não utilizados, da ordem de R\$ 2,3 bilhões, ao passo que no mês em análise reduziu-se para R\$ 683,4 milhões. Registra-se, em especial, a realização das seguintes despesas no mês por conta de abertura de créditos extraordinários, sem contrapartida em abril: i) R\$ 249,0 milhões referentes à participação da União no aumento de capital da empresa Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), conforme estabelecido na MP nº 34, de 06/03/2002, e ii) R\$ 65,2 milhões relativo a ações emergenciais de defesa civil, de acordo com MP nº 36, de 08/05/2002.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,1 bilhões, superando em R\$ 812,7 milhões as despesas verificadas no mês anterior, devido, em grande parte, ao incremento na rubrica “custeio e capital”.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL 2002		
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai
Pessoal e Encargos	5.354,9	5.284,4
Custeio e Capital	4.936,0	5.819,3
Despesas do FAT	434,6	788,9
Subsídios e Subvenções	86,8	146,6
Outras	4.414,5	4.883,7

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período de janeiro a maio de 2002, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de 0,5 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2001. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 5,6% do PIB, apresentando acréscimo de 0,2 ponto percentual. Por sua vez, as despesas de custeio e capital aumentaram 0,4 ponto percentual em relação a 2001, atingindo 5,0% do PIB.

Em termos nominais, o crescimento de R\$ 3,4 bilhões na despesa com pessoal e encargos, comparativamente a igual período do ano anterior, pode ser explicado pelos seguintes fatores, sem contrapartida no ano anterior: i) revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) impactos financeiros da MP nº 2.229-43, de 06/09/2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação de carreiras, cargos e funções no âmbito da Administração Pública Federal; iii) pagamento da segunda parcela referente ao passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios) devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU); iv) extensão de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001; v) pagamento integral do passivo de 28,86% para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, a partir de novembro de 2001, conforme estabelecido pelas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,4%	5,6%
Custeio e Capital	4,6%	5,0%
Despesas do FAT	0,5%	0,5%
Subsídios e Subvenções	0,3%	0,1%
Outras	3,8%	4,3%

Boxe 1 – Política de reajuste do governo federal para o funcionalismo público

Com a política de reajustes diferenciados adotada pelo governo federal, por meio de reestruturação de carreiras e realinhamento de salários, foram beneficiados 1.067 mil servidores desde 1995. A remuneração média dos servidores ativos do Poder Executivo passou de R\$ 1.462,0 em 1995, para R\$ 3.022,0 em 2002. Foram beneficiadas praticamente todas as carreiras organizadas pertencentes aos diversos órgãos do Poder Executivo Federal, tais como: servidores da Receita Federal, Polícia Federal, Banco Central, professores universitários, diplomatas, Ibama, Fiscais do Trabalho e do Ministério da Agricultura, dentre outras. Nesse período, destaca-se também a instituição de gratificação de desempenho, tendo como objetivo central a adoção de remuneração variável de acordo com a produtividade individual do servidor e de acordo com atingimento de meta estipulada para as diversas unidades administrativas dos órgãos públicos. Como reflexo dessa política, até maio de 2002 a despesa com a folha de pagamento da União atingiu o montante de R\$ 28,6 bilhões, contra R\$ 25,3 bilhões em igual período de 2001. Dessa forma, procurou-se corrigir diferenças salariais entre servidores, reduzir a queda no poder aquisitivo e reforçar a política de remuneração de acordo com o desempenho e produtividade do servidor.

A rubrica "outras despesas de custeio e capital" elevaram-se em R\$ 4,2 bilhões comparativamente ao período de janeiro a maio do ano anterior. Desse montante, R\$ 2,0 bilhões foi referente a despesas nas áreas de saúde e educação.

No que se refere à rubrica "custeio e capital", verificou-se, por um lado, que as despesas com abono salarial, seguro-desemprego e demais gastos operacionais do FAT mantiveram-se praticamente constantes em percentual do PIB, embora, em termos nominais, tenham-se elevado em R\$ 363,4 milhões, por decorrência do reajuste do salário mínimo em abril deste ano.

Por outro lado, a evolução das demais despesas de custeio e capital, que passaram de R\$ 18,1 bilhões no ano passado, para R\$ 22,3 bilhões este ano, refletiu, em parte, o incremento nos gastos com ações na área da saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000. No período de janeiro a maio de 2002, o Ministério da Saúde gastou R\$ 9,1 bilhões (1,78% do PIB) com essas ações, contra R\$ 7,9 bilhões (1,67% do PIB) no ano anterior. Por sua vez, os gastos com custeio do Ministério da Educação foram de R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão em igual período do ano anterior.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações atingiram, até maio, o montante de R\$ 335,5 milhões, contra R\$ 981,8 milhões em idêntico período de 2001. Tal fato pode ser explicado, principalmente, pela queda nas despesas com subsídios às exportações no âmbito do Proex. Até maio de 2002, apenas 5,7% do orçamento do referido Programa havia sido executado, enquanto no mesmo período do ano anterior tal execução atingiu 40,6%. Embora a maior parte do orçamento destinado ao Proex esteja comprometido, as instituições beneficiárias ainda não efetuaram pedidos para equalização. Por esse motivo, as emissões de títulos (NTN-I) para equalização de juros perfizeram R\$ 65,5 milhões em 2002, ao passo que no mesmo período do ano anterior as emissões totalizaram R\$ 440,4 milhões.

No que se refere aos subsídios à agricultura, a queda pode ser explicada pelo recebimento líquido de R\$ 46,2 milhões nas operações do Programa “Aquisição do Governo Federal” (AGF), influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas no período, principalmente milho em grãos e arroz. No âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), a redução de R\$ 53,3 milhões pode ser explicada pelo pagamento antecipado para dezembro de 2001 de despesas que seriam pagas em janeiro de 2002.

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,1 bilhão em maio, contra R\$ 1,0 bilhão no mês anterior. O aumento, comparativamente ao mês anterior, deveu-se ao incremento de 3,1% nas despesas com benefícios previdenciários, que perfizeram R\$ 6,6 bilhões, contra R\$ 6,4 bilhões em abril, superando a elevação na arrecadação líquida que passou de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões.

Registra-se que a elevação da despesa com o pagamento de benefícios previdenciários refletiu o reajuste do salário mínimo para R\$ 200,00 a partir de 1º de abril, com impacto no caixa de maio.

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	519,1	213,9
Custeio Agropecuário	76,9	80,7
Investimento Rural	21,0	14,3
Preços Agrícolas	270,9	21,9
- EGF	0,9	0,4
- AGF	229,8	-46,2
- Sustentação de preços	40,2	67,7
Pronaf	150,3	97,0
Exportação	462,8	121,6
Proex	462,8	121,6
Total	981,8	335,5

Previdência Social
**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,05%	5,15%
Benefícios	5,80%	6,19%
Resultado Primário	-0,75%	-1,04%

Por outro lado, o acréscimo na receita deveu-se, em parte, à vigência da nova tabela de contribuição previdenciária instituída pela Portaria MPAS nº 525/2002, a qual alterou os valores dos recolhimentos em função do aumento do salário mínimo (ver boxe ao lado). Ressalta-se ainda o aumento de 6,0% na arrecadação do Simples (R\$ 12,5 milhões) e de 54,4% das receitas de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES (R\$ 17,9 milhões).

Até maio, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 5,3 bilhões, contra R\$ 3,5 bilhões no mesmo período de 2001.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Brasil, 2001-2002				
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai	Jan-Mai	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.371,3	5.536,6	23.747,5	26.403,2
Arrecadação Bruta	5.794,9	5.944,5	25.901,7	28.652,5
- Contribuição Previdenciária	5.421,5	5.564,3	24.207,7	26.848,6
- Simples	202,8	215,0	936,1	1.053,0
- CDP	24,6	0,0	43,2	37,0
- CFT	32,9	50,8	131,4	170,1
- Depósitos Judiciais	72,8	73,5	333,3	325,5
- Refis	30,2	30,5	194,4	161,4
- Outras Receitas	10,2	10,4	55,6	56,9
(-) Restituição/Devolução	-43,3	-20,2	-108,0	-118,5
(-) Transferências a Terceiros	-380,3	-387,7	-2.046,2	-2.130,8
Benefícios Previdenciários	6.413,8	6.608,6	27.272,7	31.751,7
Resultado Primário	-1.042,5	-1.072,0	-3.525,2	-5.348,4
Resultado Primário/PIB			-0,75%	-1,04%

Até maio, a arrecadação líquida atingiu R\$ 26,4 bilhões, representando um acréscimo nominal de 11,2% em relação à verificada em 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,1 pontos percentuais no acumulado de 2002, apresentando pequeno incremento quando comparada a igual período de 2001.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 31,8 bilhões nos primeiros cinco meses do ano, superando em R\$ 4,5 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001, quando somaram R\$ 27,3 bilhões. Como proporção do PIB, tal incremento correspondeu a 0,4 ponto percentual, acréscimo este decorrente do aumento: i) de 12,0% no valor médio dos benefícios pagos; e ii) de 625,9 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

A concessão de benefícios no período de janeiro a maio, quando comparada a igual período do ano anterior, apresentou os seguintes comportamentos: i) as aposentadorias aumentaram em 229,3 mil (2,0%); ii) as pensões por morte, aumento de 146,8 mil (2,9%); iii) os auxílios-doença,

Benefícios Emitidos	Jan/2001- mai/2001	Jan/2002- mai/2002	%
Quantidade*	19,7	20,3	3,2%
Valor Médio**	283,0	317,0	12,0%

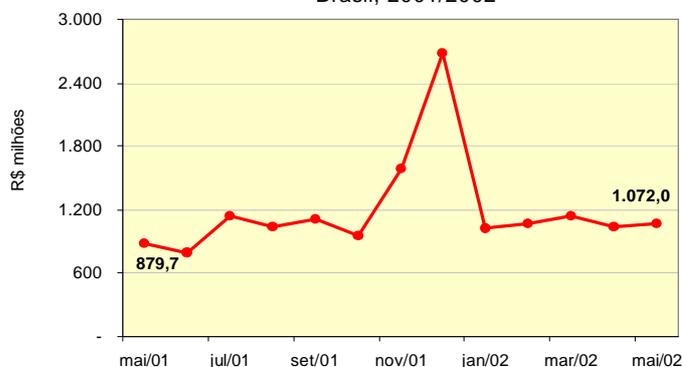
(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

aumento de 151,1 mil (30,4%); iv) os salários-maternidade, aumento de 2,8 mil (2,2%); v) os benefícios acidentários, incremento de 22,8 mil benefícios (3,4%); e vi) os benefícios assistenciais aumentaram 71,3 mil (3,5%).

Com isso, o déficit primário da Previdência Social foi de R\$ 5,3 bilhões até maio, 51,7% superior, em termos nominais, ao resultado obtido em idêntico período de 2001. Como proporção do PIB estimado, o resultado este ano foi 0,29 ponto percentual acima daquele observado até maio do ano passado (1,04% do PIB e 0,75% do PIB, respectivamente).

Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



Boxe 2 – Reajuste dos benefícios previdenciários

A MP nº 35, de 27/03/2002, alterou o valor do salário mínimo de R\$ 180,00 para R\$ 200,00 a partir de 1º de abril. Por conseguinte, o MPAS, através da Portaria nº 525/2002 e retificada pela Portaria nº 610/2002, reajustou a tabela de contribuição previdenciária com o objetivo de adequar os novos limites do salário de contribuição que incidirão alíquotas diferenciadas para fins de recolhimento ao INSS dos segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos. Pela nova tabela, nos salários de contribuição até R\$ 468,47 incidirá alíquota de 7,65%; entre R\$ 468,48 e R\$ 600,00 a alíquota aplicada é de 8,65%; entre R\$ 600,01 e R\$ 780,78 aplica-se alíquota de R\$ 9,00%; e nos salários entre R\$ 780,79 e R\$ 1.561,56 será aplicada a alíquota máxima de 11,00%. A partir de abril, nenhum benefício pago pelo RGPS será inferior a R\$ 200,00.

Pelo Decreto nº 4.249, de 24 de maio de 2002, a Previdência Social reajustou os benefícios com valores superiores ao mínimo por ela mantidos, em 9,20% a partir de 1º de junho de 2002. O impacto dessa medida sobre o caixa do governo central, no entanto, ocorrerá a partir de julho.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em maio, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 328,7 bilhões, equivalentes a 26,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em maio de 2001.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	2001		2002	
	Maio	Abr	Maio	Abr
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	94.370	135.044	141.084	
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	434.992	532.717	539.995	
Dívida Contratual da STN	-259.556	-304.647	-304.585	
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-81.066	-93.026	-94.327	
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	173.750	174.920	187.603	
Dívida Mobiliária em Poder do Público	133.682	134.051	143.612	
Títulos Depositados em Garantia	-3.795	-3.804	-4.022	
Dívida Contratual	44.865	45.615	49.004	
Disponibilidades	-1.002	-943	-990	
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	268.120	309.963	328.687	
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,5%	25,2%	26,6%	

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em maio, a dívida líquida aumentou em 1,4 ponto percentual do PIB em relação a abril, devido, principalmente, à depreciação cambial ocorrida no mês.

Em relação ao mês de abril, a dívida líquida aumentou em 1,4 ponto percentual do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a depreciação cambial de 6,75% ocorrida no mês de maio, o que impactou tanto a dívida interna indexada ao câmbio como o saldo da dívida externa convertida em reais.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida elevou-se 0,4 ponto percentual do PIB em relação a abril. Tal comportamento reflete o acréscimo de R\$ 7,3 bilhões no estoque da dívida mobiliária em poder do público, devido à apropriação de juros nominais de R\$ 10,1 bilhões, contrabalançado, parcialmente, pelo resgate líquido de R\$ 2,8 bilhões. Tal aumento foi compensado, em parte, pelo crescimento do saldo dos haveres contratuais de entidades da administração indireta (fundos, fundações e autarquias), no montante de R\$ 1,3 bilhão, devido, principalmente, às variações positivas de seus principais indexadores, IGP-DI (1,11%) e IGP-M (0,83%).

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001		2002	
	Mai	Abr	Mai	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	94.370	135.044	141.084	
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	434.992	532.717	539.995	
LFT	219.456	265.366	268.388	
LTN	63.186	61.908	61.006	
NTN-C	19.408	33.589	34.754	
NTN-D	11.098	53.710	56.073	
Demais	93.238	93.725	95.308	
Dívida Securitizada	26.138	22.202	22.260	
TDA	2.469	2.217	2.207	
DÍVIDA CONTRATUAL	-340.622	-397.674	-398.911	
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-259.556</i>	<i>-304.647</i>	<i>-304.585</i>	
Dívida Bancária	40.277	25.383	25.414	
Lei nº 7.976/89	-11.435	-10.362	-10.810	
Lei nº 8.727/93	-44.493	-45.332	-45.386	
Lei nº 9.496/97	-142.313	-155.874	-157.271	
Renegociação Dívida Municipais	-18.795	-20.847	-21.033	
Demais Haveres da STN	-82.796	-97.615	-95.499	
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-81.066</i>	<i>-93.026</i>	<i>-94.327</i>	
FAT	-57.844	-66.976	-67.674	
Demais Entidades	-23.222	-26.050	-26.652	
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	38,2%	43,4%	43,6%	
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-29,9%	-32,4%	-32,2%	
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-22,8%	-24,8%	-24,6%	
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	8,3%	11,0%	11,4%	

Em maio, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 11,4% do PIB.

Em maio, conforme apresentado na tabela 4, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 2,8 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 11,6 bilhões e os resgates a R\$ 14,4 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressaltam-se: i) R\$ 7,3 bilhões em LTN, com vencimento em dezembro de 2002; ii) R\$ 1,9 bilhão em LFT, com vencimentos em maio de 2004 e março de 2005; iii) R\$ 2,0 bilhões em NTN-D, com vencimento em maio de 2004; e iv) R\$ 361,0 milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2008 e julho de 2017.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 132,3 milhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 76,6 milhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); ii) R\$ 13,6 milhões para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e; ii) R\$ 11,9 milhões de CFT-E3, referente à participação governamental obrigatória, junto ao estado de Mato Grosso do Sul, originária do aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de que trata a Lei nº 7.990, de 1989, e a Lei nº 8.001, de 1990.

Emissões e Resgates

Boxe 3 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 3,2 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 74,84% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN).

O Tesouro Nacional realizou, em maio, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 2,8 bilhões.

Em maio, foram resgatados R\$ 988,4 milhões em títulos emitidos por meio de emissão direta. Vale destacar o cancelamento de R\$ 83,0 milhões em títulos da dívida securitizada recebidos no leilão de NTN-C.

Boxe 4 – Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 29 e 30 de abril, com liquidação financeira em 2 de maio, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2008 e 2017. Ressalta-se que o título com vencimento em 2017 foi ofertado pela primeira vez pelo Tesouro Nacional. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 361,0 milhões, sendo R\$ 269,7 milhões (74,7%) relativos aos títulos com vencimento em 2008 e R\$ 91,3 milhões àqueles v encendo em 2017.

Do valor arrecadado, a maior parte, 76,6%, corresponde a recebimento em dinheiro. Pela troca dos títulos de 2008 e 2017 foram aceitos títulos da dívida securitizada. Para os títulos de 2017 foram aceitos também LFT-A. As taxas obtidas foram de 10,70% a.a. para o título mais curto (menor do que obtida no leilão anterior – 10,75% a.a.) e 10,79% a.a. para o título mais longo.

TABELA 4
EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, Mai/2002

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	11.448	132	11.580
LFT	1.878	0	1.878
LTN	7.254	0	7.254
NTN-C	361	0	361
NTN-D	1.955	0	1.955
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	2	2
Demais	0	130	130
II. Resgates***	13.404	988	14.392
LFT	267	0	267
LTN	9.000	0	9.000
NTN-C	0	0	0
NTN-D	4.137	0	4.137
TDA	0	18	18
Securitizada**	0	188	188
Demais	0	782	782
III. Valor líquido (I-II)	-1.956	-856	-2.812

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Composição

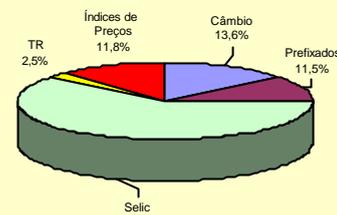
Quanto à composição da DPMFi, observou-se: i) aumento da participação dos títulos cambiais (0,51 p.p.) devido à depreciação cambial de 6,75% observada no período (apesar do resgate líquido de R\$ 2,2 bilhões em NTN-D); ii) redução na participação dos títulos prefixados (0,31 p.p.) em razão do resgate líquido de R\$ 1,7 bilhão em LTN; e iii) queda na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (0,28 p.p.), não obstante ter havido emissão líquida de R\$ 1,6 bilhão. Essa menor participação deveu-se às operações de compra realizadas pelo Banco Central nos dias 16 e 17 de maio de R\$ 2,4 bilhões em LFT que estavam em mercado.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002

Indexador	2001			2002		
	(%)					
	Mai	Abr	Mai	Mai	Abr	Mai
Selic	63,27	60,91	60,63			
Câmbio	6,28	13,10	13,61			
Prefixados	14,69	11,78	11,47			
Índices de Preços	9,90	11,67	11,78			
TR	5,82	2,53	2,50			
Outros	0,04	0,01	0,01			

* Não inclui dívida agrícola.

Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em Poder do Público Brasil, Mai/2002



O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou em 14,74 pontos percentuais, passando de 19,91% em abril para 34,65% a.a. em maio, devido, principalmente, à depreciação cambial ocorrida no mês.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 17,98% a.a. em abril para 18,42% a.a. em maio. Contribuiu para este aumento a maior variação dos índices de preços em relação a abril, que afetaram particularmente o custo médio dos títulos da dívida securitizada e NTN-C. O IGP-M para o mês de maio alcançou 0,83% a.m., contra 0,56% a.m. em abril, enquanto que o IGP-DI em maio foi de 1,11% a.m, comparativamente a 0,70% a.m. observado no mês anterior. Outro fator que impactou o aumento do custo médio foi o maior custo de emissão dos títulos prefixados (LTN de 6 meses), que subiu, em média, de 18,77% a.a. em abril, para 18,98% a.a. em maio.

Custo Médio

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2001				
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2002				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55
Abr	17,98	19,91	18,48	20,94
Mai	18,42	34,65	19,01	38,64

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

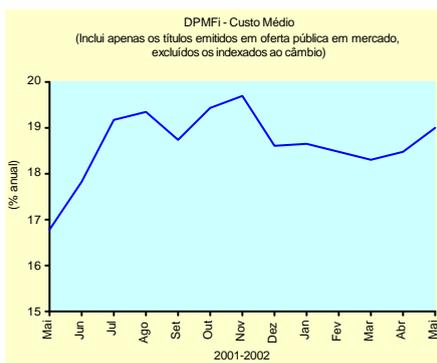


TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

Título	Em % anual		
	2001 Mai	2002 Abr	2002 Mai
LTN	16,48	19,71	19,37
LFT	16,43	18,38	18,37
NTN-C	22,01	17,63	22,40
NTN-D	171,03	34,88	145,51
TDA	8,02	8,42	8,23
Dívida Securitizada *	13,60	10,11	13,51
Demais	36,28	18,58	35,44
Total	24,60	19,91	34,65

* Não inclui dívida agrícola.

Em maio, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução, tendo atingido 39,16 meses, contra 39,76 meses em abril.

Relativamente às ofertas públicas, destaca-se o alongamento dos prazos médios de emissão dos títulos remunerados pela taxa Selic (LFT) e daqueles

Prazo Médio

indexados por índices de preços (NTN-B e NTN-C), que passaram de 21,51 e 65,91 meses, em abril, para 24,75 e 71,60 meses, em maio, respectivamente.

Destacou-se, ainda, a queda de 2,59 meses no prazo dos títulos da dívida securitizada, devido ao cancelamento de CVSA e CVSB, que são títulos de longo prazo (137,31 e 159,25 meses, respectivamente).

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002

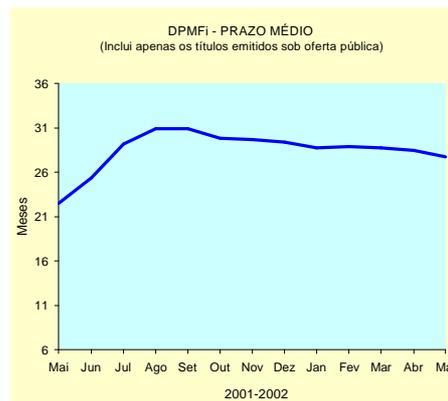
Título	2002 (meses)		
	Mar	Abr	Mai
LTN	4,60	4,76	4,74
LFT	36,59	36,09	35,04
NTN-C	70,02	69,13	68,12
NTN-D	18,42	17,96	18,21
TDA	50,51	49,87	49,21
Dívida Securitizada*	61,43	60,61	58,02
Demais	107,72	115,84	116,41
Total	40,01	39,76	39,16

(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

Período		(meses)	
		Total	Of. Pub. (1)
2001	Mai	37,99	22,52
	Jun	40,23	25,39
	Jul	41,13	29,20
	Ago	42,05	30,93
	Set	40,01	30,92
	Out	40,69	29,81
2002	Nov	40,13	29,64
	Dez	39,84	29,40
	Jan	40,70	28,80
	Fev	40,34	28,85
	Mar	40,01	28,79
	Abr	39,76	28,43
	Mai	39,16	27,76

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



Dívida Externa Líquida

O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, em proporção do PIB, aumentou de 14,2% em abril para 15,2% em maio. O fator principal que determinou tal movimento foi a depreciação cambial de maio, uma vez que não ocorreram no período novas emissões.

Ressalta-se, também, o resgate de três bônus de captação: o Paralelo Franco, o Paralelo Xelim e o Paralelo Florim, no montante total de R\$ 1,1 bilhão.

Em maio, o saldo da dívida externa líquida em poder do público do Tesouro Nacional totalizou R\$ 187,6 bilhões (15,2% do PIB).

**TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001 Mai	2002 Abr Mai	
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	133.682,3	134.051,0	143.611,6
Bônus de Renegociação	54.396,4	44.729,7	47.749,6
Bônus de Captação	79.285,8	89.321,3	95.862,0
II. DÍVIDA CONTRATUAL	44.865,0	45.615,0	49.003,9
Organismos Multilaterais	20.962,5	23.663,9	25.430,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.063,2	8.027,2	8.575,4
Clube de Paris	15.839,3	13.923,9	14.998,2
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.795,4	-3.803,6	-4.022,4
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.002,3	-942,8	-989,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	173.749,6	174.919,7	187.603,3
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	15,2%	14,2%	15,2%

Relativamente ao serviço da dívida externa pago em maio, este totalizou R\$ 1,9 bilhão, dos quais R\$ 597,4 milhões referiram-se ao pagamento de juros e R\$ 1,3 bilhão ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,6 bilhão) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária, conforme observado na tabela 10.

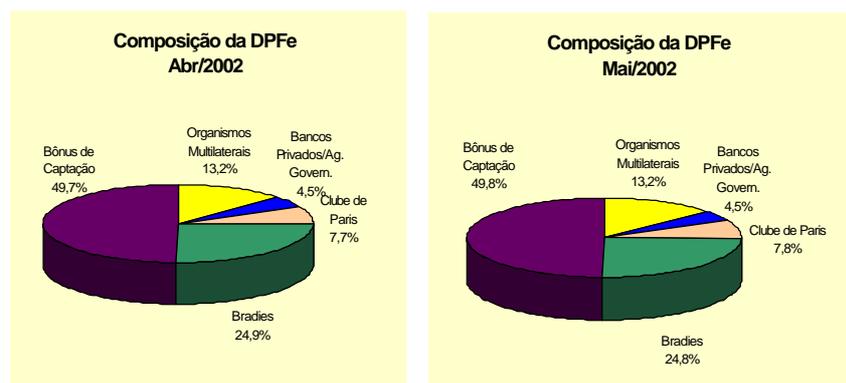
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Mai/2002

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	1.287,5	597,4	1.884,9
I.1. Organismos Multilaterais	124,0	75,4	199,4
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	72,2	9,6	81,8
I.3. Dívida Mobiliária	1.091,3	512,4	1.603,7
Global 2027	0,0	440,1	440,1
Paralelo Franco 2002	347,1	23,0	370,1
Paralelo Xelim 2002	330,9	21,9	352,9
Paralelo Florim 2002	413,3	27,4	440,7

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,9 bilhão no mês.

Devido à ausência de movimentos significativos como novas emissões ou cancelamentos, a composição da DPFe manteve-se no mês de maio praticamente inalterada em relação ao mês anterior, conforme gráficos a seguir.

Composição



O prazo médio da DPFe em maio ficou praticamente inalterado, passando de 6,31 anos em abril para 6,25 anos em maio.

Prazo e Custo Médios

Quanto ao custo médio em dólares, este passou de 8,57% a.a. em abril para 8,59% a.a. em maio. Esta pequena variação deveu-se ao resgate dos bônus

Paralelo Franco, o Paralelo Xelim e o Paralelo Florim que possuíam taxa de juros (6,625% a.a.) inferior ao custo médio observado em abril.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,59% a.a. e prazo médio de 6,25 anos, em maio.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002	
	Mai	Abr	Mai	
Prazo Médio (anos)	6,95	6,31	6,25	
Bônus de Renegociação	6,64	6,45	6,37	
Bônus de Captação	7,16	6,23	6,20	
Globais	8,44	7,52	7,48	
Euros	3,90	3,42	3,34	
Demais	2,50	2,55	2,78	
Custo Médio (% a.a.) *	8,66	8,57	8,59	
Bônus de Renegociação	6,26	5,15	5,15	
Bônus de Captação	10,31	10,28	10,30	
Globais	10,97	11,16	11,16	
Euros	9,80	10,04	10,05	
Demais	5,73	5,06	4,91	

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
I. RECEITA TOTAL	23.407,9	20.937,7	21.973,1	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.832,7	29.294,7	23.994,0	23.440,9	26.835,1	25.080,7
I.1. Receitas do Tesouro	18.489,5	15.895,3	16.989,3	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.236,7	24.163,4	18.810,2	18.260,7	21.463,7	19.544,0
I.1.1 Receita Bruta	18.607,3	16.866,2	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.420,2	19.160,7	18.465,4	21.656,8	19.788,7
- Impostos	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9
- Contribuições	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6
- Demais	3.036,9	1.478,3	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.428,7	2.456,4	1.550,0	2.882,1	2.149,2
I.1.2. (-) Restituições	-100,7	-971,0	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5
II.1. Transferências Constitucionais	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.102,8	17.331,5	18.434,6	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.613,1	24.486,6	18.557,0	19.111,4	22.553,0	19.737,2
IV. DESPESA TOTAL	15.542,2	15.702,3	17.185,2	16.450,8	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.396,7	18.389,7	16.035,8	17.022,5	16.704,7	17.712,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.947,7	7.242,3	5.478,4	5.276,3	5.354,9	5.284,4
IV.1.1. INSS	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4
IV.1.2. Demais	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.845,1	5.200,0	4.983,2	5.050,0	4.992,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6
IV.3. Custeio e Capital	4.991,4	4.562,0	4.803,0	5.571,0	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.165,1	4.989,5	4.302,8	5.429,6	4.936,0	5.819,3
IV.3.1. Despesa do FAT	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	333,5	627,5	480,1	434,6	788,9
- Abono e Seguro Desemprego	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3
- Demais Despesas do FAT	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	22,1	43,5	109,5	73,0	53,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	327,9	326,1	160,6	584,9	133,5	1.217,0	95,6	683,5	136,6	68,7	86,2	86,8	146,6
- Operações Oficiais de Crédito	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,1
- Subvenções aos Fundos Regionais	49,8	223,7	73,2	50,8	68,4	28,5	90,1	124,3	125,0	-14,0	-8,3	19,4	67,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.519,4	3.606,5	4.863,2	4.414,5	4.883,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.560,5	1.629,2	1.249,4	2.460,1	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.783,6	6.096,9	2.521,2	2.088,9	5.848,3	2.024,9
V.1. Tesouro Nacional	4.440,2	2.422,5	2.386,1	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-2.095,7	7.123,6	3.592,0	3.225,3	6.890,7	3.096,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-57,0	-35,2	-46,0	-50,8	-82,9	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.503,5	1.594,0	1.203,4	2.409,3	1.581,1	2.390,0	858,9	-4.863,4	6.074,1	2.467,9	2.031,1	5.791,6	1.981,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	508,2	-186,5	58,0	61,7	371,3	-499,1	-13,1	-1.065,7	965,6	-323,4	283,1	-59,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.989,4	27.751,7	24.643,5	26.411,0	31.032,2
I.1 - Recolhimento Bruto	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	774,2	903,1	1.179,9	786,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5	83,9	117,4
I.5 - Receita do Salário Educação	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0
II. DESPESAS	23.966,7	25.052,7	26.428,4	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.667,2	25.817,1	23.172,2	26.276,2	24.155,1
II.1 - Liberações Vinculadas	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4
II.2 - Liberações Ordinárias	19.015,5	20.607,4	22.291,0	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.798,0	19.658,8	18.324,8	21.237,9	18.216,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.179,9	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.079,8	5.289,6	5.390,5	5.217,0	5.258,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8
i) Dívida Contratual Interna	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1
ii) Dívida Contratual Externa	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.552,8	6.854,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.754,3	3.507,6	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.442,1	3.725,5	4.250,1	3.560,2	3.921,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-625,0	-3.647,3	-4.863,9	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.677,8	1.934,6	1.471,3	134,7	6.877,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.491,4	14.390,1	17.615,1	27.498,6	14.174,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	17.021,9	26.940,2	13.643,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	322,4	612,7	593,1	558,3	531,0
V. DESPESAS	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3
V.2.1 - Dívida Interna	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4
V.2.2 - Dívida Externa	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2	1.656,8	7.999,1	9.046,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	26.548,6	-1.137,9	-14.868,4	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-846,9	4.155,8	4.280,4	4.625,8	20.894,4



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4
I.1. Emissão de Títulos	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8
II.1. Resgate de Títulos	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8
II.2. Encargos da DPMF	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1
III. RESULTADO (I - II)	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
I. DÍVIDA INTERNA	94.370,0	99.808,5	89.929,4	85.563,5	90.544,2	100.407,5	105.523,8	120.538,5	120.622,4	132.262,8	125.560,4	135.043,6	141.083,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	434.992,2	453.968,4	462.587,9	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0
Dívida Bancária	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3
INSS	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9
Lei 7.976/89	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1
Bônus Renegociação	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4
Lei 8.727/93	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4
Lei 9.496/97	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6
Recebíveis das Estatais	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4	-30.394,9	-27.030,5	-27.014,8	-27.222,6	-28.395,1	-28.899,1
Outros	-17.405,6	-17.458,2	-17.596,5	-19.942,2	-20.442,8	-20.619,0	-20.720,6	-20.823,4	-21.280,6	-21.180,3	-21.218,3	-21.228,9	-19.012,3
Fat	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4
Demais Entidades	-23.222,3	-23.330,3	-22.140,5	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.949,3	-24.688,2	-25.327,7	-26.049,7	-26.652,3
Créditos das Operações Oficiais	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0
Arrecadação a Recolher	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-4.700,0
II. DÍVIDA EXTERNA	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,3
Dívida Mobiliária	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.611,6
Títulos Depositados em Garantias	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4
Dívida Contratual	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9
Disponibilidades	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	268.119,6	264.653,4	263.736,8	273.976,9	287.580,5	297.960,3	286.352,2	285.169,7	293.843,7	300.303,6	294.989,2	309.963,3	328.687,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,5%	23,1%	23,0%	23,7%	24,6%	25,3%	24,2%	23,9%	24,5%	24,9%	24,2%	25,2%	26,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.611,6
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.749,6
Brazil Investment Bond (BIB)	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2
Par Bond (PB)	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7
Discount Bond (DB)	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9
Debt Conversion Bond (DCB)	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,2
New Money Bond (NMB)	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8
Eligible Interest (EI)	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3
Bônus Global	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	1.001,8	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5
Bônus Parallel Franco	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-
Bônus Parallel Florim	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-
Bônus Parallel Xelim	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-
Bônus Global 2027	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0
Bônus Euro lira	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9
Bônus Eurosterling 2007	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0
Bônus Euro 2003	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9
Bônus Marco Alemão 2008	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0	799,7	790,7	804,0	904,9
Bônus Global 2008	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0
Bônus Global 2004	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0
Bônus Euro 2002	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8
Bônus Euro 2004	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3
Bônus Global 2009	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0
Bônus Euro 2006	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5
Bônus Euro 2001	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0
Bônus Euro 2010	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8
Bônus Global 2030	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2
Bônus Samurai 2003	1.186,6	1.106,9	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5
Bônus Euro 2005	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4
Bônus Global 2007	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.833,9	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0
Bônus Global 2040	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7
Bônus Euro 2007	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8
Bônus Samurai 2006	1.186,5	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6
Bônus Global 2006	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0
Bônus Euro 2011	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.082,5	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8
Bônus Global 2024	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3
Bônus Samurai 2007	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8
Bônus Global 2005	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4
III. DÍVIDA CONTRATUAL	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,3
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	15,2%	14,4%	15,1%	16,3%	16,8%	16,8%	15,3%	13,8%	14,4%	13,9%	13,9%	14,2%	15,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	586.277,3	616.049,5	628.307,6	633.499,0	650.451,3	676.684,8	680.641,2	691.817,5	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	748.643,1
I. Dívida em Mercado	434.992,2	453.968,4	462.587,9	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0
Dívida Securitizada	26.098,3	26.316,7	18.040,8	19.360,3	19.058,7	17.223,7	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6
Certificados de Privatização	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5
TDA	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7
LTN	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2
LFT	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8
LFT-A	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4
LFT-B	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3
LFT-E	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0
NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7
NTN-C	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6
NTN-D	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2
NTN-H	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0
NTN-I	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0
NTN-P	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5
NTN-S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0
CFT-D	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7
Demais	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0
II. Dívida com BACEN	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	208.648,1
LTN	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0
LFT	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5
LFT-A	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-
NTN-A	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	1.715,6
NTN-D	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3
Demais	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7
Dívida em Mercado/PIB	38,2%	39,7%	40,3%	40,1%	40,6%	41,6%	41,8%	42,5%	42,8%	43,3%	42,6%	43,4%	43,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mai/2001	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2002
I. INTERNA	-81.066,5	-82.257,8	-83.714,1	-84.468,3	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.316,1	-89.592,4	-90.606,8	-92.044,9	-93.026,2	-94.326,7
Dívida contratual	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1
FAT	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4
Aplicações financeiras	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1
Fundos Regionais	-14.579,6	-14.653,0	-14.863,3	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.356,9	-16.767,5	-17.137,3	-17.493,9	-17.859,3
Demais	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9
II. EXTERNA	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7
Disponibilidades	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-82.068,8	-83.244,9	-84.779,0	-85.533,3	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.299,8	-90.555,4	-91.581,5	-92.994,3	-93.969,1	-95.316,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,6%	-7,6%	-7,7%	-7,7%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em maio, foram maiores que os valores distribuídos no mês de abril/2002, em 14,6%. Esse incremento deveu-se ao pagamento (acima do estimado), no final de abril, da 1ª cota ou cota única do IRPJ referente à apuração trimestral (lucro real) e estimativa. Contribuiu também para o incremento, o pagamento, nos últimos dias de abril, da 1ª cota ou cota única relativa à Declaração de Ajuste do IRPF/2001.

Em relação ao mesmo mês de 2001, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 25,4%. No período de janeiro a maio de 2002 os fundos apresentaram crescimento de 30,1%, quando comparados como o mesmo período do ano anterior. Em ambos os casos, contribuiu significativamente para a boa performance desses fundos o pagamento do IR efetuado pelos Fundos de Pensão.

Em maio, as transferências por conta do IPI apresentaram decréscimo de - 6,0%, ficando dentro das previsões divulgadas.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/02 ABR/02	MAI/02 MAI/01	JAN A MAI/02 JAN A MAI/01
2001	1.636,2	1.455,3	7.471,6	-	-	-
2002	2.052,5	1.790,8	9.718,3	+14,6%	+25,4%	+30,1%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/02 ABR/02	MAI/02 MAI/01	JAN A MAI/02 JAN A MAI/01
2001	1.563,5	1.390,6	7.139,5	-	-	-
2002	1.961,3	1.711,3	9.286,4	+14,6%	+25,4%	+30,1%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

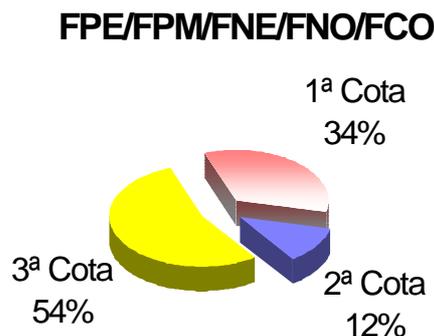
PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **maio** foram efetuados nas seguintes datas: **10/05, 20/05 e 29/05**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
MAI	+11,0 %	+14,6 %	+11,0 %	+14,6 %	-6,0 %	-6,0 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

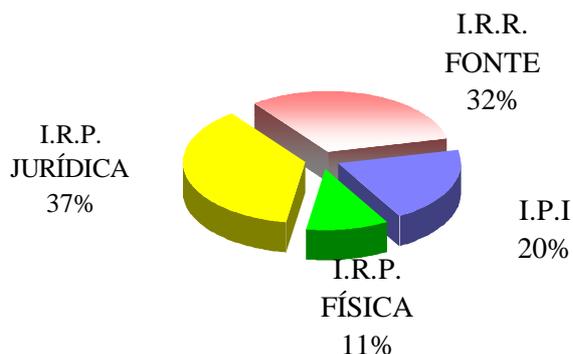
Em **maio** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



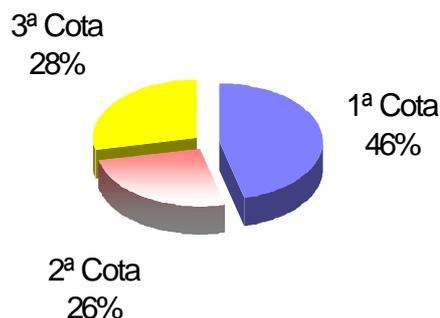
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de abril a 20 de maio, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Abr	485,4	5.084,7	5.570,1						
ABR/2002	1.619,1	7.477,7	9.096,8	MAI/2002	9.122,4	1.667,1	1.744,7	133,7	625,7
1º Dec./Mai.	699,4	1.951,3	2.650,7	3º Dec./Abr.	5.570,1	1.017,9	1.065,3	41,3	374,9
2º Dec./Mai.	388,6	512,9	901,5	1º Dec./Mai.	2.650,7	484,4	506,9	59,4	185,4
3º Dec./Mai.	428,5	3.753,6	4.182,1	2º Dec./Mai.	901,5	164,8	172,4	33,0	65,3

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	9.601,36	57.031,99	13,53	11.806,19
AL	41.429,06	69.353,63	131,36	19.988,20
AM	24.406,86	46.519,16	3.792,96	13.683,67
AP	6.607,83	56.881,95	30,78	11.410,34
BA	158.168,98	156.645,41	7.827,90	69.001,85
CE	88.587,57	122.314,52	1.582,87	38.302,10
DF	4.208,89	11.506,42	2,99	3.173,90
ES	30.990,44	25.006,72	5.963,89	13.040,72
GO	65.210,75	47.397,73	936,14	20.696,73
MA	70.452,00	120.335,66	1.599,75	43.511,10
MG	227.158,48	74.261,62	17.373,39	62.633,29
MS	26.132,84	22.205,97	799,77	9.281,52
MT	33.255,82	38.475,34	731,28	13.746,43
PA	63.289,77	101.894,04	6.413,82	36.653,83
PB	56.337,65	79.836,45	338,89	24.232,56
PE	89.899,73	115.034,23	871,93	34.820,02
PI	43.245,96	72.042,69	156,93	22.158,30
PR	118.301,57	48.066,25	14.452,50	36.891,03
RJ	51.824,48	25.468,51	8.508,24	18.039,17
RN	43.216,65	69.650,38	415,07	20.169,87
RO	15.760,66	46.939,28	147,68	11.213,97
RR	8.328,96	41.356,11	9,90	8.788,59
RS	118.229,65	39.257,21	22.162,69	36.636,10
SC	68.721,69	21.335,73	12.617,44	19.893,47
SE	25.184,74	69.273,61	89,93	16.808,75
SP	232.028,80	16.671,15	26.747,72	63.182,82
TO	26.574,32	72.352,77	19,26	17.500,01
TOTAL	1.747.155,52	1.667.114,50	133.738,62	697.264,54

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JUN/MAI	JUL/JUN	AGO/JUL
FPM	-25,0 %	-2,5 %	-10,0 %
FPE	-25,0 %	-2,5 %	-10,0 %
IPI-EXP	-1,0 %	+ 8,0 %	+5,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Ago/2001	03/09/01	Dez/2001	25/01/02
Repub.	11/09/01	Jan/2002	21/02/02
Set/2001	30/01/01	Fev/2002	27/03/02
Out/2001	30/10/01	Mar/2002	29/04/02
Nov/2001	30/01/02	Abr/2002	28/05/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559
 Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI - EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

MAIO/2002

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF apresentaram um decréscimo de -1,0 % quando comparados aos do mês anterior. Essa variação foi consequência, basicamente, da redução da parcela do ICMS, que apresentou queda de -7,5% em relação aos valores liberados em abril. Embora a arrecadação proveniente dos fundos de participação tenham apresentado variação positiva de 14,6%, o ICMS representou 62,6% do valor total creditado ao FUNDEF.

Origens	R\$ Mil				
	abril	Partic.	maio	Partic.	Mai/ Abr
FPM	266.389,9	14,2%	305.379,4	16,4%	14,6%
FPE	256.690,4	13,6%	294.196,7	15,8%	14,6%
IPI-EXP	25.105,7	1,3%	23.600,9	1,3%	-6,0%
LC 87/96 LC 102/00	49.275,5	2,6%	49.275,5	2,6%	0,0%
Compl. União	24.812,0	1,3%	24.812,0	1,3%	-
ICMS	1.259.298,8	66,9%	1.164.817,8	62,6%	-7,5%
Total	1.881.572,3	100%	1.862.082,4	100%	-1,0%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: stncofin@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 27, DE 30/01/2002 - ESTIMATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2002

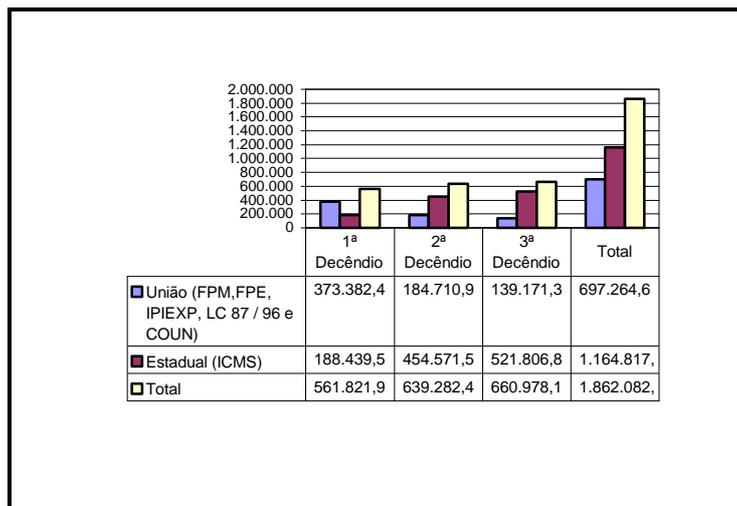
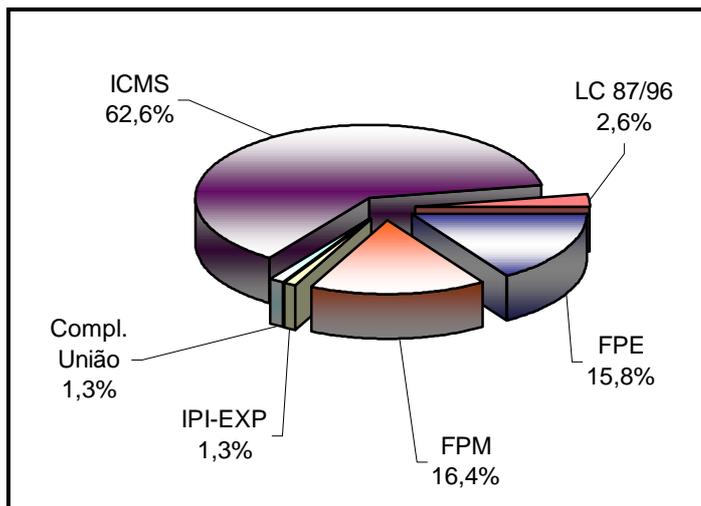
Portaria MF nº 27, de 30 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. em 31/01/02 que divulga o cronograma com a estimativa dos valores da Complementação da União, relativo ao ano de 2002.

ESTADO MÊS	R\$ Mil				
	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
FEVEREIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MARÇO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
ABRIL	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MAIO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JUNHO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JULHO	30.686.027	26.192.810	12.647.660	4.909.550	74.436.047
AGOSTO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
SETEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
OUTUBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
NOVEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
DEZEMBRO	40.914.701	34.923.742	16.863.542	6.546.062	99.248.047
TOTAL	183.718.200	137.222.800	66.536.800	21.016.600	421.804.264

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MAIO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	10.064,5	1.694,4	2,4	0,0	45,0	2.188,2	13.994,4	100,9	465,3
AL	675.161	12.238,9	7.311,0	23,2	0,0	415,1	8.180,3	28.168,5	41,7	199,4
AM	666.430	8.209,3	4.307,1	669,3	0,0	498,0	22.213,7	35.897,4	53,9	263,4
AP	119.101	10.038,0	1.166,1	5,4	0,0	200,8	1.591,0	13.001,4	109,2	535,1
BA	3.523.271	27.643,3	27.912,2	1.381,4	10.228,7	1.836,3	62.555,4	131.557,2	37,3	172,9
CE	1.659.062	21.584,9	15.633,1	279,3	0,0	804,8	26.843,3	65.145,4	39,3	197,3
DF(2)	311.758	2.030,5	742,7	0,5	0,0	400,1	0,0	3.173,9	10,2	48,5
ES	521.063	4.413,0	5.468,9	1.052,5	0,0	2.106,4	23.691,9	36.732,6	70,5	334,8
GO	998.390	8.364,3	11.507,8	165,2	0,0	659,5	37.831,4	58.528,1	58,6	269,5
MA	1.531.967	21.235,7	12.432,7	282,3	8.730,9	829,5	12.533,0	56.044,1	36,6	173,5
MG	3.325.229	13.105,0	40.086,8	3.065,9	0,0	6.375,7	111.867,2	174.500,5	52,5	257,8
MS	427.869	3.918,7	4.611,7	141,1	0,0	610,0	16.571,3	25.852,8	60,4	295,7
MT	521.155	6.789,8	5.868,7	129,0	0,0	958,9	21.294,2	35.040,6	67,2	308,4
PA	1.543.112	17.981,3	11.168,8	1.131,8	4.215,9	2.156,0	24.689,5	61.343,3	39,8	182,1
PB	796.203	14.088,8	9.941,9	59,8	0,0	142,0	14.616,4	38.848,9	48,8	217,9
PE	1.578.289	20.300,2	13.699,8	153,9	0,0	666,2	34.998,3	69.818,3	44,2	201,6
PI	745.608	12.713,4	7.631,6	27,7	1.636,5	149,0	6.734,7	28.893,0	38,8	185,5
PR	1.570.158	8.482,3	20.876,7	2.550,4	0,0	4.981,6	83.980,0	120.871,1	77,0	313,6
RJ	2.008.532	4.494,4	9.145,5	1.501,5	0,0	2.897,8	118.474,7	136.513,9	68,0	343,7
RN	579.231	12.291,2	7.626,5	73,2	0,0	178,9	9.688,0	29.857,9	51,5	263,8
RO	299.212	8.283,4	2.781,3	26,1	0,0	123,2	6.824,0	18.038,0	60,3	277,5
RR	72.178	7.298,1	1.469,8	1,7	0,0	18,9	1.583,4	10.372,0	143,7	680,0
RS	1.539.176	6.927,7	20.835,2	3.911,1	0,0	4.962,1	65.332,4	101.968,5	66,2	397,3
SC	890.468	3.765,1	12.127,3	2.226,6	0,0	1.774,4	53.461,2	73.354,6	82,4	370,4
SE	393.510	12.224,8	4.444,4	15,9	0,0	123,8	8.653,6	25.462,4	64,7	303,9
SP	5.347.539	2.942,0	40.198,0	4.720,2	0,0	15.322,6	383.343,5	446.526,4	83,5	450,4
TO	286.388	12.768,1	4.689,6	3,4	0,0	38,9	5.077,3	22.577,3	78,8	371,6
Total	32.068.774	294.196,7	305.379,4	23.600,9	24.812,0	49.275,5	1.164.817,8	1.862.082,4	58,1	286,8

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.